Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Elpidio, Maria Helena

Racismo como fundamento estrutural do capitalismo : contributos para o debate étnico-racial no Serviço Social

http://hdl.handle.net/11067/8933
https://doi.org/10.34628/02BZ-SQ52

Metadados

Data de Publicação 2026

Resumo O artigo analisa a questão étnico-racial numa perspetiva crítico-dialética, compreendendo o racismo como elemento estrutural do capitalismo e da questão social contemporânea. Discute a formação social latino-americana, a superexploração do trabalho racializado, as migrações forçadas e as expressões institucionais do racismo, destacando o papel dos movimentos sociais e do Serviço Social no seu enfrentamento....

The article examines the ethno-racial question from a critical-dialectical perspective, understanding racism as a structural element of capitalism and the contemporary social question. It discusses Latin American social formation, the super-exploitation of racialized labor, forced migration, and institutional expressions of racism, highlighting the role of social movements and Social Work in combating racial inequalities....

Editor Universidade Lusíada Editora

Palavras Chave Racismo, Serviço social e relações raciais, Capitalismo

Tipo article

Revisão de Pares yes

Coleções [ULL-ISSSL] IS, n. 67 (2026)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-11-22T20:16:15Z com informação proveniente do Repositório

ISSN 0874-1611 | e2183-3036

artigo

Racismo como fundamento estrutural do capitalismo: contributos para o debate étnico-racial no Serviço Social

Racism as a structural foundation of capitalism: contributions to the ethnic-racial debate in Social Work

doi.org/10.34628/02BZ-SQ52



Maria Helena Elpidio
Professora Associada
Universidade Federal do Espírito Santo

© 2026, Fundação Minerva — Cultura — Ensino e Investigação Científica | Universidade Lusíada.
© 2026, Maria Helena Elpidio.
Este trabalho está licenciado sob uma licença **Creative Commons Attribution 4.0 International**.
Os textos que constituem esta obra seguem, por decisão da respetiva autora, a antiga ou a atual grafia.
O conteúdo desta obra é da exclusiva responsabilidade da sua autora e não vincula a Fundação Minerva | Universidade Lusíada.

turnitin Texto submetido à plataforma de deteção de similaridade e plágio Turnitin.

CRediT • Taxonomia para a Contribuição de Autores

1. concetualização >> MHE.
2. curadoria dos dados >> não aplicável.
3. análise formal >> MHE.
4. aquisição de financiamento >> não aplicável.
5. investigação >> MHE.
6. metodologia >> MHE.
7. administração do projeto >> não aplicável.
8. recursos >> não aplicável.
9. software >> não aplicável.
10. supervisão >> não aplicável
11. validação >> não aplicável.
12. visualização >> não aplicável.
13. redação do rascunho original >> MHE.
14. redaçao - revisão e eedição >> MHE.

RESUMO

O artigo analisa a questão étnico-racial numa perspetiva crítico-dialética, compreendendo o racismo como elemento estrutural do capitalismo e da questão social contemporânea. Discute a formação social latino-americana, a superexploração do trabalho racializado, as migrações forçadas e as expressões institucionais do racismo, destacando o papel dos movimentos sociais e do Serviço Social no seu enfrentamento.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço social e relações raciais / Racismo / Capitalismo

ABSTRACT

The article examines the ethno-racial question from a critical-dialectical perspective, understanding racism as a structural element of capitalism and the contemporary social question. It discusses Latin American social formation, the super-exploitation of racialized labor, forced migration, and institutional expressions of racism, highlighting the role of social movements and Social Work in combating racial inequalities.

KEYWORDS

Social service and race relations / Racism / Capitalism

1. INTRODUÇÃO[1]

O presente artigo[2] resulta da sistematização e do aprofundamento de uma comunicação apresentada em contexto de congresso internacional de Serviço Social, dedicada à discussão da questão étnico-racial e da sua relação com o território e com a profissão. A reflexão que aqui se desenvolve soma-se ao esforço de um conjunto de investigadoras e investigadores da área do Serviço Social e de áreas afins, sendo também tributária de uma luta histórica protagonizada pelo movimento negro, que ao longo da sua existência tem procurado reconstruir, a partir da memória e consciência (Gonzalez, 2020), o debate sobre a questão racial nascida nos porões dos navios negreiros, considerando o colonialismo moderno.

A análise que se propõe parte da compreensão de que o Serviço Social deve ser pensado na história e a partir de uma realidade concreta que desafia a profissão, convocando-a a posicionar-se em defesa da classe trabalhadora, da qual as/os profissionais também fazem parte (Iamamoto, 2007a; Iamamoto e Santos, 2021). Nos últimos anos, o debate sobre as relações étnico-raciais tem-se intensificado no Brasil, num movimento que acompanha o agravamento da crise capitalista e o aprofundamento das expressões da questão social, bem como o movimento de pesquisadoras negras que adensam os debates e pelo contingente de pessoas negras que ampliam o quantitativo deste segmento nas fileiras da profissão (discentes e profissinais). Esta não é, todavia, uma particularidade brasileira: boa parte dos conflitos e tensões que atravessam o mundo contemporâneo cruza-se com questões étnicas e raciais, o que exige do Serviço Social uma leitura articulada a estes fenômenos, sustentada numa perspetiva crítico-dialética, apoiada no pensamento de Karl Marx.

Três movimentos organizam o argumento deste artigo. Em primeiro lugar, recupera-se a formulação de Clóvis Moura (2021), sobre o racismo como arma ideológica de dominação, aprofundando o debate com elementos nos quais o autor apreende por racismo estrutural, em sua obra. Em segundo lugar, situa-se esta

[1] A autora é bolsista Produtividade do CNPq (2023-2026). Membro da coordenação colegiada da Pesquisa Internacional "O Serviço Social na História: Questão social e movimentos sociais – América Latina e Europa (1960 – 2020)".

[2] O artigo teve por base a palestra proferida em Março/2026, no Seminário Internacional "Serviço Social na História: Movimentos Sociais e Direitos Humanos, no Instituto Miguel Torga – Lisboa-PT. Parte da visita técnica financiada pela FAPES, edital 021/23 "Mulheres na Ciência".



© magnific, 2026.

discussão no quadro da colonização e da formação do capitalismo dependente latino-americano, mobilizando-se as contribuições de Octávio Ianni (1978 e 2004b) e de Ruy Mauro Marini (1973). Em terceiro lugar, atualiza-se o debate sobre a racialização da questão social, da intensificação dos fluxos migratórios contemporâneos e sobre a xenofobia, com dados recentes relativos ao contexto mundial, com destaque para o Brasil e Portugal. Estas reflexoões articulam-se, por fim, com o debate teórico da questão social em Marilda Iamamoto (2007a) e Carmelita Yazbek (2008), de modo a evidenciar como racismo e capitalismo se encontram indissociavelmente associados e qual o papel dos movimentos sociais e do Serviço Social neste processo de lutas antirracistas.

2. Pressupostos teórico-metodológicos: a totalidade histórica como categoria de análise

O primeiro pressuposto teórico-metodológico que orienta esta reflexão é o de que o padrão de produção capitalista se articulou, desde as suas origens, com o processo de acumulação do capital através de mecanismos de dominação racial (MOURA, 2019; IANNI, 1978; FERNANDES, 2008 e 2010). A questão racial não constitui, deste ponto de vista, uma temática isolada do conjunto das relações sociais, tampouco um assunto circunscrito a um dado segmento populacional ou a um determinado "público-alvo" da ação profissional, como por vezes é tratada no âmbito do Serviço Social. Compreende-se, ao invés, que a dimensão étnico-racial é constitutiva das relações sociais capitalistas, precisamente porque se encontra vinculada às dimensões da produção e da reprodução da vida social (ELPIDIO, 2020; ELPIDIO ET.AL. 2024).

Nesta perspetiva de totalidade histórica, o debate étnico-racial deve ser compreendido a partir de como estas relações se estabelecem intrinsecamente a partir da cstegoria trabalho e da mercadoria (MARX, 2013). Parte-se, assim, da análise do escravismo moderno como elemento-chave do processo de acumulação capitalista — não enquanto herança do passado, como sustentam alguns pensadores brasileiros e latino-americanos sobre a formação social do continente, mas enquanto dinâmica que atravessa e se reposiciona ao longo de todo o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas (GORENDER, 2016; MOURA, 2020).

A opção metodológica pela totalidade histórica não é neutra: significa recusar leituras que fragmentam a questão racial e o racismo como na dimensão do culturalismo, das desigualdades socias como consequencia de comportamentos individuais, da meritorcaria e moralização racial. Ou ainda, sob

aparencia da crítica, presente no debate sobre a diversidade pós-moderna e do liberlismo que proclama nessa quadra, o "black money' com o reforço à ascenção social que defende que a 'favela venceu. Destacando-se nete artigo as relações de produção e do movimento do capital, que significa, também, recusar o argumento de que o racismo seria um epifenómeno a ser resolvido pelo desenvolvimento econômico dentro da ordem do capitalismo, de um antirracismo romântico, uma vez que, como se argumentará ao longo do texto, que o racismo é condição de funcionamento da acumulação capitalista.

3. COLONIZAÇÃO, CAPITALISMO DEPENDENTE E FORMAÇÃO SOCIAL LATINO-AMERICANA

Para compreender a centralidade da questão racial na formação social brasileira e latino-americana, é indispensável recuperar as contribuições de Octávio Ianni (2004b) sobre a dialética da colonização e a constituição de uma "questão social" marcada, desde a origem, pelo entrelaçamento entre classe e raça. Ianni (2004b) sublinha que pensar a formação social brasileira supõe considerar que a história não é homogênea nem estática, sendo o seu movimento alimentado pelas alterações das forças sociais internas e externas que direcionam mudanças, rupturas e expansão do processo de dominação social. Nesta chave de leitura, o Brasil contemporâneo aparece como um verdadeiro "caleidoscópio de muitas épocas" (IANNI, 2004b, p. 85), sobrepondo, num mesmo presente, relações escravistas, coloniais, capitalistas e neoliberais que não se substituem linearmente, antes coexistem e se reatualizam.

A singularidade da obra de Ianni (2004a) no debate sobre a questão social reside precisamente nesta articulação entre classe social e questão racial: o autor demonstra que a desigualdade brasileira não é um desvio de um suposto desenvolvimento capitalista, mas uma característica fundante e persistente da própria formação social, desde o Brasil colonia até à atualidade — o que os seus comentadores têm designado como "desenvolvimento desigual e combinado". Ianni recupera ainda a análise da escravidão e do racismo (Ianni, 2004b) para mostrar que a questão racial brasileira não pode ser dissociada da inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho, isto é, da própria condição de economia dependente. Nos limites deste artigo, esta cateogoria não será aprofundada, mas indica-se as leituras de Lenin (2010); Trótsky (2007); Fernandes (2009).

Considerando que temos diferentes apreensões sobre o processo de desenvolvimento capitalista e do imperialismo, tomamos por base aspectos mais gerais da teoria marxista da dependência, apresentada por Ruy Mauro Marini. Em Dialética da Dependência (1973), Marini demonstra que a inserção subordinada da América Latina no mercado mundial não é uma etapa transitória a caminho da equiparação com os países centrais, mas uma condição estrutural que se reproduz e se aprofunda (MARINI, 1973). O autor evidencia que, ao contrário do que ocorre nas economias centrais, a acumulação nos países dependentes não se apoia fundamentalmente no consumo interno dos trabalhadores, o que abre caminho para a compressão salarial como mecanismo estrutural — e não conjuntural — de reprodução do capital.

Este mecanismo é o que Marini (1973) designa por superexploração da força de trabalho: uma situação em que os salários pagos às trabalhadoras e trabalhadores são inferiores ao valor da força de trabalho, impedindo a reprodução desta classe em condições normais. A superexploração não é, deste modo, uma distorção do capitalismo dependente, mas o seu corolário incontornável e dialético, na medida em que os países periféricos compensam a transferência de valor para os centros hegemônicos através da intensificação da exploração da sua força de trabalho. É neste ponto que a teoria da dependência se encontra com o debate racial: especialmente nas particularidades históricas da formação social no Brasil e na América Latina, pois é a força de trabalho negra e indígena que ocupa, de forma desproporcional, o lugar da superexploração. Assim,divisão internacional do trabalho é também, e sempre, uma divisão racial do trabalho.

A leitura conjunta dos autores permite, portanto, situar a questão racial brasileira e latino-americana não como consequência de um "atraso" cultural a ser superado, mas como produto necessário

de um padrão de acumulação dependente que se constituiu, desde o período colonial, sobre a exploração extrema de populações racializadas — primeiro escravizadas, depois formalmente livres, mas continuamente superexploradas (FERNANDES, 2008).

Num primeiro momento histórico, a partir da escravidão, a pessoa negra escravizada constitui-se ela própria como mercadoria. No caso brasileiro, importa sublinhar que o país conheceu mais de trezentos anos de escravidão, tendo sido o território com o maior fluxo de tráfico negreiro e o maior contingente de africanos escravizados nas Américas. Foram estas populações que constituíram o processo de acumulação de riqueza não apenas na particularidade brasileira, mas que garantiram, numa perspetiva de totalidade histórica, o desenvolvimento das colônias enquanto pilares fundamentais de sustentação de uma lógica de dominação, desde o processo de acumulação primitiva acompanhando todo processo de desenvolvimento das forças produtivas do capital em suas fases concorrecial e monopólica (MOURA, 2019, 2020; GORENDER, 2016).

Num segundo momento, que já corresponde à dimensão do trabalho livre, formalmente instituída a partir de 1888, na Constituição da República brasileira. Todavia, como sintetiza a canção "A Carne", de Seu Jorge, Marcelo Yuka e Ulisses Cappelletti, popularizada na voz de Elza Soares, a força de trabalho negra permanece, na fase atual do capitalismo, como a "mais barata do mercado" — uma força de trabalho super-explorada, nos termos formulados por Marini (1973), a propósito da economia dependente latino-americana. Este processo de superexploração revela que as desigualdades raciais não são o fenômeno em si, mas a sua manifestação aparente: a ponta do icebergue de um processo de dominação cuja génese, desenvolvimento e aprofundamento é fundaental para compreender, sobretudo a presente conjuntura.

A passagem da escravidão ao trabalho livre não representou, deste modo, uma ruptura no lugar estrutural ocupado pela população negra, mas antes uma sua reatualização: o corpo negro deixa de ser mercadoria no sentido jurídico estrito, para se tornar força de trabalho sistematicamente desvalorizada, superexplorada, expulsa das políticas de acesso à terra no pós-abolição, e empurrada para os circuitos mais precários do mercado de trabalho — processo que os estudos sobre a "abolição inacabada" no Brasil têm demonstrado de forma consistente o que se opera, é o mito da democracia racial. (NASCIMENTO, 2016)

4. O RACISMO COMO ARMA IDEOLÓGICA E ELEMENTO ESTRUTURAL DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

Clóvis Moura, sociólogo marxista e um dos mais importantes intelectuais negros brasileiros, dedicou parte substancial da sua obra a demonstrar que o racismo não pode ser compreendido como um fenômeno de ordem biológica, cultural ou meramente moral, mas como uma construção ideológica a serviço da dominação. No artigo "O racismo como arma ideológica de dominação", publicado originalmente na Revista Princípios em 1994, Moura sustenta que a ideologia do colonialismo foi, e continua a ser, alimentada por uma literatura racista produzida nas metrópoles colonizadoras, destinada a inferiorizar os povos colonizados através da sua própria desqualificação simbólica e cultural (MOURA, 2020 e RODNEY, 2022)). O racismo é, para o autor, uma construção ideológica deliberadamente montada para justificar a expansão de grupos e nações dominadoras sobre os territórios e populações por eles dominados, servindo de mediação necessária para explicar os "crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico, e cultural" (MOURA, 2020, p. 28) por parte das nações que se autoproclamam superiores. É somente ao admitir-se o papel social, ideológico e político do racismo que se torna possível compreender a sua força permanente e o seu significado polifórmico e ambivalente. Encará-lo apenas como uma questão de ordem científica ou biológica seria, nesta chave de leitura, uma ingenuidade: trata-se de um processo político atravessado por disputas no plano econômico, com profundas repercussões em realidades nacionais e internacionais. Enquanto ideologia, o racismo subsidia a permanência da dominação,

adquirindo, em cada momento histórico, "novas roupagens científicas" — do darwinismo social do século XIX às teorias eugenistas do início do século XX, e destas às formas contemporâneas de racismo institucional, social, ecomômico e político.

Esta formulação de Moura articula-se diretamente com a análise de Silvio de Almeida (2019), para quem o racismo constitui um elemento que integra a própria organização econômica e política da sociedade, não podendo, por isso, ser reduzido a um fenômeno psicológico ou individual. Racismo, machismo e sexismo confluem, nesta leitura, nos mesmos processos de garantia do patriarcado, de expropriação sucessiva de territórios e de constituição dos sujeitos nas suas diferentes formações culturais (FONTES, 2010; GONZALEZ, 2020). O racismo apresenta-se, assim, como um elemento estrutural da sociedade — e não como uma temática pontual —, fundado na produção ideológica de uma relação hierárquica de superioridade e inferioridade entre grupos racializados.

Esta inferiorização estratégica e ideológica sustenta-se a partir de uma lei geral do capitalismo: a necessidade permanente de criação de um exército industrial de reserva, nas suas formas latente, flutuante e estagnada, que culmina no pauperismo (MARX, 2013). A divisão social do trabalho é, deste modo, simultaneamente racial, sexual, territorial e etária, confluindo todas estas expressões para a garantia do processo de dominação. Ao tirar a pessoa negra, para retomar a formulação de Moura (2019), do lugar de "cadáver ou peça de museu" da historiografia oficial, o autor devolve-lhe o estatuto de sujeito histórico e político, agente da sua própria luta — perspetiva que orienta, também, a leitura sobre resistência que se desenvolve mais adiante neste artigo. A discussão desenvolvida até aqui permite formular, de modo mais sistemático, a tese central de que o capitalismo, enquanto modo de produção fundado na exploração do trabalho, encontrou no racismo um dos seus mecanismos mais eficazes de legitimação e de gestão da força de trabalho excedente, transformando-as em fundamento da divisão internacional e social do trabalho.

É por esta razão que a superação do racismo não pode ser pensada como um processo autônomo em relação à superação da exploração capitalista, nem esta última pode ser pensada sem a incorporação da questão racial como categoria central. Como sintetiza a leitura marxista que atravessa este artigo, a luta antirracista é, também, luta anticapitalista — e vice-versa —, na medida em que ambas partilham o mesmo horizonte: a construção de uma sociabilidade não fundada na exploração e na hierarquização de seres humanos.

5. RACIALIZAÇÃO E QUESTÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEA: XENOFOBIA, MIGRAÇÕES FORÇADAS E VIOLÊNCIA DE ESTADO

A dimensão da racialização atravessa igualmente os processos migratórios contemporâneos. As travessias cotidianas de populações inteiras que migram forçadamente dos seus países, através de mares e oceanos — seja de África para a Europa, seja da América Latina, América Central e Caribe em direção à América do Norte —, expressam o mesmo movimento de sul para norte que caracteriza os fluxos de precarização do trabalho. Tratam-se de populações expulsas dos seus territórios por conflitos, guerras, situações econômicas e humanitárias drásticas, e por processos crescentes de ocupação do território através de monoculturas e do extrativismo, que dispensam volumes de força de trabalho em razão da maquinaria, da reprimarização e das novas tecnologias. (FONTES, 2025)

Os dados mais recentes disponibilizados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) confirmam a dimensão desta tragédia contemporânea. Segundo o relatório Tendências Globais 2026, divulgado em junho de 2026, o mundo registava, no final de 2025, 117,8 milhões de pessoas em situação de deslocamento forçado — um número que, apesar de representar a primeira redução em uma década, permanece em níveis historicamente elevados. Deste total, 41,6 milhões correspondem a refugiados reconhecidos, dos quais quatro em cada dez são crianças; a estes somam-se 68,7 milhões de deslocados internos e 4,5 milhões de pessoas apátridas. Apenas em 2025, 5,4 milhões de pessoas foram forçadas a cruzar fronteiras internacionais em busca de proteção, sendo o Sudão, a Ucrânia, a Venezuela, os países do



© magnific. 2026.

continente de África, o Sudão do Sul, o Burquina Faso, o Afeganistão, o Mali e Myanmar os principais países de origem destes fluxos.

Nestes fluxos, à ideia de um humano universal centrado num modelo hegemônico de compreensão do humano genérico tem correspondido, ao longo da história, um aval simbólico para a produção de corpos matáveis (FANON, 2022)— corpos-alvo, no caso brasileiro, sobretudo da população negra, e, no plano internacional, sobretudo das populações racializadas do Sul Global. Num momento de crise do capitalismo, de fascismo e de neoconservadorismo, marcado pela ascensão da ultradireita, estes processos tendem a tornar-se cada vez mais violentos e a contar com o aval do Estado. O continente europeu constitui, neste início de século XXI, um dos epicentros mais visíveis da articulação entre racismo, xenofobia institucionalizada e ascensão política da extrema-direita, esta onda fascista se ergue após a expansão do neoliberalismo e suas devastadoras consequencias de mais de 20 anos de políticas de austeridade. (HARVEY|, 2008)

Os dados disponíveis pelos Organismos Internacionais da ONU, confirmam a gravidade do fenômeno. A Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia tem alertado, sucessivamente, para o crescimento da intolerância racial e xenófoba, não obstante a existência do Plano de Ação Antirracismo da União Europeia para o período 2020-2025. Em Portugal, país de particular relevância para a comunidade lusófona, as denúncias de xenofobia contra a população brasileira — atualmente a maior comunidade imigrante do país, com mais de meio milhão de residentes — cresceram 505% entre 2017 e 2021, incluindo agressões verbais, dificuldades de acesso à habitação, ao emprego e a serviços públicos. Manifestações nacionalistas de rejeição a outras nacionalidades e etnias, envolvendo crimes violentos de ódio de motivação racista e xenófoba — marca um indicador de uma violência que, longe de ser residual, se encontra estruturalmente associada à normalização política do discurso anti-imigração.

A retórica xenófoba contemporânea mobiliza argumentos recorrentes — a escassez de habitação, a pressão sobre os sistemas de saúde e de educação, o desemprego — que, ao atribuírem à presença de pessoas migrantes e refugiadas a responsabilidade por problemas estruturais do capitalismo europeu contemporâneo, cumprem exatamente a função ideológica. A sua análise crítica nos permite deslocar o debate do registo cultural e identitário para aquilo que é, na sua raiz, uma contradição de classe.

6. A QUESTÃO SOCIAL E O RACISMO INSTITUCIONAL: DESAFIOS PARA O SERVIÇO

O racismo comparece, como elemento marcante no trabalho profissioanl, muitas vidas são desconsideradas nos serviços em virtude da ausência de um processo consistente de reconhecimento do racismo institucional. Por isso, a sua compreensão pelo Serviço Social exige o diálogo com a categoria fundante da profissão: a questão social. Marilda Iamamoto (2001, 2007a), uma das principais referências teóricas do Serviço Social brasileiro contemporâneo, define a questão social como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social, é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos permanece privada, monopolizada por uma parte da classe dominate da sociedade. Para a autora, a profissão de Serviço Social encontra-se organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da questão social e às formas históricas do seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do Estado e das classes proprietárias.

Assim, a questão social exprime a contradição entre a socialização crescente da produção e a apropriação privada dos seus resultados, e se, como se demonstrou nas secções anteriores, a força de trabalho racializada ocupa historicamente o lugar da superexploração nesta contradição, então a questão racial não pode ser tratada como um capítulo à parte da questão social, ele é árte constitutiva desta dinâmica. Compreender o Serviço Social como trabalho supõe privilegiar a produção e a reprodução da vida social na sua totalidade — o que inclui, necessariamente, as dimensões racial, de gênero e territorial da reprodução da força de trabalho.

Carmelita Yazbek (2008), por sua vez, aprofunda esta análise ao situar que estas sequelas vividas de forma singular por cada sujeito, mas produzidas por limites estruturais que ultrapassam a esfera individual. A autora recorda ainda que o Estado brasileiro, na esteira da análise de Octávio Ianni (2004a), transformou historicamente a questão social em "problema de administração", desenvolvendo políticas e agências de poder estatal que, com frequência, controlam e enquadram as classes subalternas mais do que garantem os seus direitos de cidadania. Assim, a população racializada e etnicamente referenciada, constitui hoje a parcela mais numerosa entre as classes subalternas atendidas pelas políticas socioassistenciais brasileiras. Reconhecer esta sobreposição não é um exercício meramente descritivo, mas uma exigência ético-política. Na perpectiva do serviço social na história (IAMAMOTO, 2007a), a vinculação da profissão crítiva da profissão, se encontra dialeticamente vinculada às lutas e movimentos sciais em defesa da classe trabalhadora.

Nesta direção, a leitura aqui proposta não se limita, todavia, ao registo da tragédia. Importa recuperar as formas históricas e contemporâneas de luta e resistência do movimento negro e indígena, no Brasil e no mundo, reconhecendo nos movimentos sociais um dos principais motores de transformação da relação entre Estado, capital e populações racializadas.

Mais recentemente, destacam-se a Marcha das Mulheres Negras pelo Bem Viver, realizada em novembro do ano anterior com a participação de aproximadamente 300 mil mulheres em Brasília — depois de uma primeira edição em 2015 com cerca de 100 mil participantes — e o Acampamento Terra Livre, promovido pelas populações indígenas, com incidência tanto sobre o debate do marco temporal quanto sobre a COP 30. No Brasil, estima-se a existência de aproximadamente 391 etnias indígenas identificadas, cerca de 12.300 favelas e de comunidades tradicionais — quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, quebradeiras de coco, marisqueiras, de terreiro e de fundo de pasto —, que constituem uma classe trabalhadora que se auto-organiza fora dos moldes clássicos da organização classista e que se encontra, simultaneamente, na linha de frente da defesa dos recursos naturais e por isso, na condição de alvo preferencial da violência de Estado.

Estes movimentos desempenham uma função que extravasa a reivindicação de políticas específicas: constituem-se como sujeitos coletivos capazes de disputar, no plano ideológico e político, a própria narrativa sobre o que é o racismo e quem são os seus sujeitos históricos. É precisamente neste ponto que se articula a importância do Serviço

Social na luta antirracista. (ABEPSS, 2018; ELPIDIO, 2025)

O Serviço Social brasileiro acumula, nos últimos anos, experiências relevantes tanto no campo da organização político-profissional quanto no deabte do trabalho e formação. Destaca-se, neste percurso, a campanha das/os assistentes sociais no combate ao racismo, desenvolvida em 2017 pelo conjunto CFESS/CRESS, e a elaboração de subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social da ABEPSS (2018). construindo uma práxis profissional capaz de contar a história que a história oficial não conta — o que remete à proposta de Walter Benjamin de escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 1994).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida procurou demonstrar que a questão étnico-racial não pode ser tratada como tema periférico ou especializado no âmbito do Serviço Social, mas antes como categoria estrutural e estruturante da própria questão social contemporânea. O racismo, compreendido a partir de uma perspetiva crítico-dialética e de totalidade histórica, revela-se como elemento fundante do processo de acumulação capitalista — desde o escravismo moderno, passando pela formação do capitalismo dependente latino-americano até às formas contemporâneas de superexploração do trabalho, de racialização dos fluxos migratórios e de racismo institucional nos serviços sociais.

A atualização deste debate à luz dos dados mais recentes sobre deslocamento forçado global e sobre a ascensão da xenofobia institucionalizada na Europa confirma que esta não é uma questão do passado, tampouco circunscrita ao contexto brasileiro, mas um traço estrutural do capitalismo contemporâneo em escala mundial, particularmente agudizado pela crise económica e pela ascensão da ultradireita em diferentes regiões do mundo.

Ao mesmo tempo, a recuperação das trajetórias históricas de resistência do movimento negro e indígena como exemplos, bem como do papel dos movimentos sociais contemporâneos e das iniciativas do Serviço Social brasileiro no enfrentamento ao racismo, apontam para a necessidade de a profissão assumir de forma consistente este debate, não como uma pauta acessória, mas como parte constitutiva do seu projeto ético-político, na defesa intransigente dos direitos humanos e da classe trabalhadora em todas as suas expressões e diversidades. É nesta articulação entre teoria crítica, memória histórica e prática profissional que reside, em última instância, a possibilidade de o Serviço Social contribuir, efetivamente, para a superação do racismo enquanto fundamento estrutural do capitalismo.

Referências

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social. Temporalis. Brasília. 2018, n.º 36, p. 422-434.

ACNUR - ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. Tendências Globais 2025/2026 [relatório técnico]. Em linha. Genebra: ACNUR, 2026. Disponível em: https://www.unhcr.org/global-trends. [Consult. jun. 2026].

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obra original publicada em 1940).

ELPIDIO, Maria Helena. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. Revista Katálysis. Em linha. 2020, vol. 23, n.º 3, p. 519-527. ISSN 1982-0259. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p519. [Consult. 12 mar. 2021].

ELPIDIO, Maria Helena; VALDO, João Pedro da Silva; SILVA, Sandra Regina Vieira da; TEIXEIRA, Rafael Vieira; LANES, Marcelo Pinheiro de. O Serviço Social na história: a relação entre os fundamentos e a questão étnico-racial. Eleuthera. 2024, vol. 27, n.º 1, p. 55-73.

ELPIDIO, Maria Helena. Por uma formação antirracista no Serviço Social. Temporalis. Brasília. 2025, ano 25, n.º 49, p. 565-574.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Trad. Lígia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 5.ª ed. São Paulo: Globo, 2008.
FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina. 4.ª ed. rev. São Paulo: Global, 2009.
FERNANDES, Florestan. Circuito fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional. São Paulo: Globo, 2010.
FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; EPSJV, 2010.
FONTES, Virgínia, org. Capital-imperialismo, dominação e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2025.
GONZALEZ, Lélia. Racismo, sexismo e cultura brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia, org. Por um feminismo afrolatino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2016.
HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.
IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. Temporalis. Brasília. 2001, ano 2, n.º 3.
IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2007a.
IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2007b.
IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos. Introdução. In: IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos. A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.
IANNI, Octavio. Escravidão e racismo. São Paulo: Hucitec, 1978.
IANNI, Octavio. A questão social. In: Octavio Ianni: pensamento social no Brasil. Bauru: EDUSC, 2004a.
IANNI, Octavio. Raças e classes sociais no Brasil. 3.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004b.
LENIN, Vladimir Ilich. O imperialismo, fase superior do capitalismo. 3.ª ed. São Paulo: Centauro, 2010.
MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. México: Era, 1973.
MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. 2.ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. In: MOURA, Clóvis. Racismo e luta de classes no Brasil: textos escolhidos. [S.l.]: Terra sem Amos, 2020.
NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.
PEW RESEARCH CENTER. Attitudes toward Muslims in Europe [relatório técnico]. Washington, D.C.: Pew Research Center, 2024.
RODNEY, Walter. Como a Europa subdesenvolveu a África. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2022.
SEU JORGE; YUKA, Marcelo; CAPPELLETTI, Ulisses. A carne [canção]. In: SOARES, Elza. Do cóccix até o pescoço [álbum]. Rio de Janeiro: Maianga Discos, 2002.
TROTSKY, Leon. A revolução permanente. 2.ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
UNIÃO EUROPEIA. AGÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. Plano de ação antirracismo da UE 2020-2025 [relatório técnico]. Viena: FRA, 2020.
YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e políticas sociais. In: Cadernos de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008.